

# Queimadas devastam 27 mil km<sup>2</sup> por ano na Amazônia

João Batista de Freitas

Sul do Pará — Foto de José Roberto Serra

Madeiros, carvoeiros, pecuaristas, latifundiários, grileiros, posseiros, colonos, peões, ecologistas, atenção: começou mais uma temporada de queimadas na maior floresta do mundo, a da Amazônia, região alvo também do mais intenso processo de devastação do verde do planeta e onde — findo o período anual de destruição das árvores pelo fogo — terá desaparecido uma nova área de matas superior à do Estado do Sergipe. Ou seja, 2 milhões 700 mil hectares de floresta (o equivalente a 27 mil quilômetros quadrados) derrubados, incendiados, transformados em cinzas, carvão, madeira ou substituídos por pastagens e algumas formas de lavoura, em poucos meses.

Esparsas e tímidas por enquanto, dentro de dias, as queimadas ganharão dimensão, deixarão enegrecidas e mortas árvores centenárias e causarão um sombrio fenômeno chamado de chuva de cinzas pelos pilotos que costumam sobrevoar a Amazônia nesta época. Juntas, cinzas e fumaças provocarão, com o tempo, a interdição de aeroportos e pistas de pousos. Rondônia, Norte do Mato Grosso e Sul do Pará são hoje as regiões mais atingidas pelas queimadas. Só na área de Alenquer, no Pará, foram destruídas nos últimos 15 ou 20 anos cerca de 1 milhão de castanheiras e igual número de seringueiras, a maior parte das quais consumidas pelo fogo.

## Cemitério de castanheiras

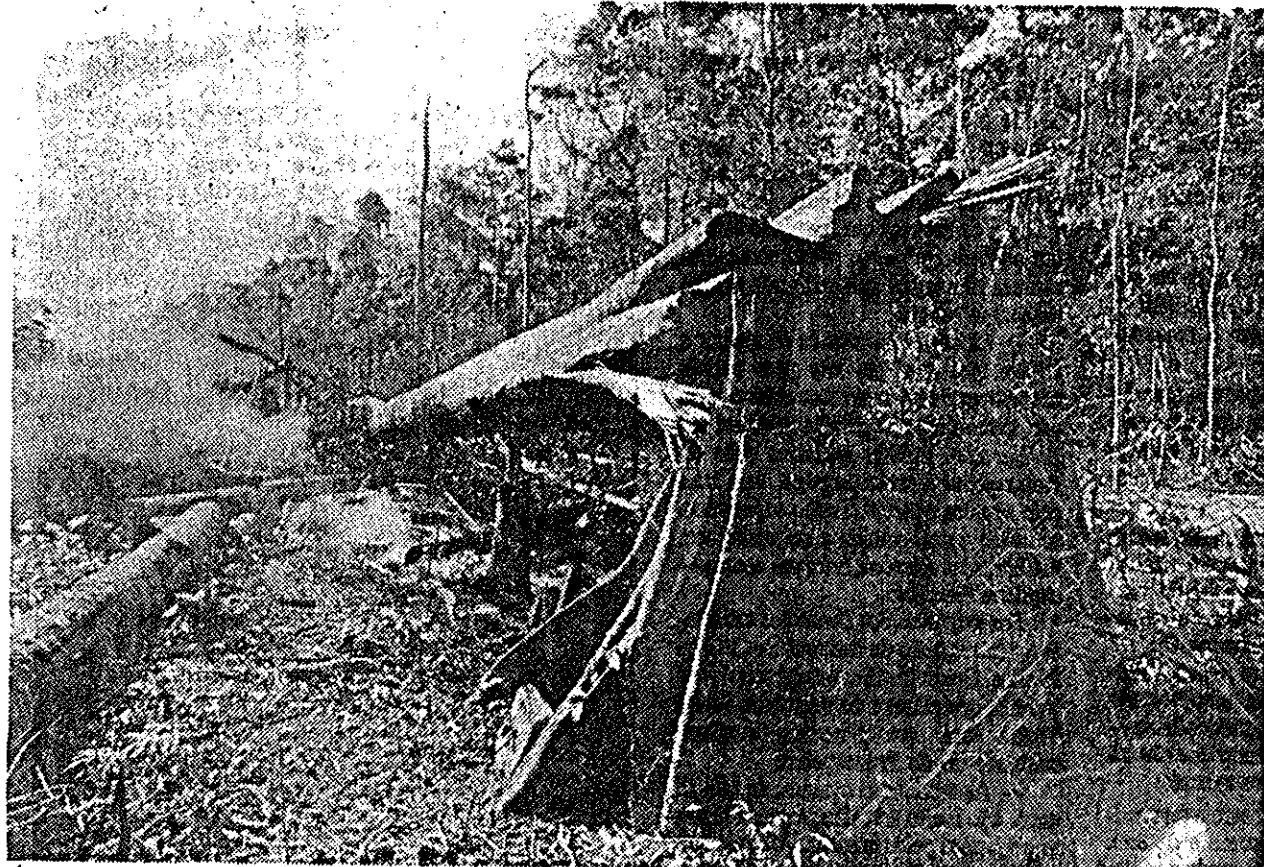
Do cenário resultante da derrubada e queima da floresta amazônica, o espetáculo tido como o mais chocante hoje em dia é observado no Sul do Pará, onde milhares de castanheiras — uma das espécies mais nobres e altas da região — permanecem em pé, sem folhas e com seus longos troncos tostados pelo fogo, ou então, se não atingidas pela labaredas, vivas mas condenadas a morrer dentro de poucos anos.

— É uma tragédia ecológica, uma visão impressionante — lamenta o médico Camillo Martins Vianna, morador de Belém e ativo integrante da Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia, a Sopren, entidade que, segundo ele, "é mais conhecida e respeitada em alguns países estrangeiros do que no Brasil".

Para Camillo Martins Vianna, além de trágico, o espetáculo das castanheiras mortas, com seus galhos secos e estendidos para cima "é também um monumento à ignorância, ao desconhecimento dos efeitos ambientais de algumas práticas, um acatado de que certos meios oficiais não ouvem todos os especialistas que deveriam consultar antes de tomar decisões envolvendo o meio ambiente".

A lei proíbe que a castanheira, a árvore que produz a castanha-do-pará, seja derrubada, mesmo em áreas destinadas a assentamentos de colonos ou onde existem grandes projetos pecuários. Normalmente a queimada é precedida de desmatamentos por diferentes meios, como o emprego de correntes estendidas e puxadas por tratores, uso de moto-serras, machados e facões.

Nas áreas de castanheiras, espécie nativa da Amazônia, essas árvores são preservadas, com o pessoal encarregado de atear fogo no trecho de derrubada devendo tomar o cuidado de



Árvores centenárias morrem aos milhares para que os bois tenham pastos na Amazônia

fazer um aceiro em torno delas, para protegê-las das chamas. O procedimento nem sempre é respeitado e, mesmo quando seguido, às vezes não impede que a castanheira seja queimada parcial ou totalmente.

Cientistas e os próprios moradores de regiões de castanheiras constataram que, sem o seu ambiente natural, a convivência com o elo ecológico característico da floresta, as castanheiras não atingidas também acabam morrendo lentamente, o que equivale a dizer que a lei de proteção da espécie não tem o efeito prático pretendido quando a mata é destruída. Conforme informações do Sindicato Rural de Marabá, em 79 e 80 a produção brasileira de castanha-do-pará foi de 900 mil hectolitros. A região de Marabá, centro do chamado polígono da castanha, contribuiu com 300 mil hectolitros. Em 81 e 82, a safra global caiu para 800 mil, 200 mil dos quais oriundos de Marabá. Em 83, o município produziu apenas 100 mil hectolitros, e a queda total na Amazônia foi grande também.

— Tem castanhal aqui do Sul do Pará que não produz

nada há dois anos — revelou José Ramiro Oliveira, 42 anos, maranhense da região de Imperatriz, desde os 15 dedicado à coleta de castanhas nas matas e, de 78 para cá, trabalhando numa fazenda às margens da estrada PA-105, no trecho entre Marabá e Carajás. O fenômeno também não é novidade para os pesquisadores: a destruição da floresta em áreas ricas em castanheiras acaba com um inseto fundamental para o processo de polinização da espécie, o que as torna praticamente estéreis.

De Marabá até Parauapebas, localidade no limite da área da região de Carajás sob a responsabilidade da Companhia Vale do Rio Doce, um trecho de aproximadamente 150 quilômetros de rodovia é dominado, em ambas as margens, por milhares de castanheiras secas, mas ainda de pé, ou por exemplares vivos irremediavelmente condenados à morte. A paisagem suscita a imagem de um extenso cemitério de árvores, "uma longa sucessão de túmulos de castanheiras mortas-vivas", conforme expressão do professor Italo Rosalvo, paulista que, com um grupo de amigos, excursiona pela região.

## IBDF fiscaliza Pará com apenas 40 homens

O agravamento dos problemas ambientais na Amazônia, especialmente em áreas de Rondônia, norte do Mato Grosso e sul do Pará é admitido pelo delegado estadual do IBDF no Pará, Antônio José Costa de Freitas Guimarães, que não vê outra saída segura se não a de estabelecer o zoneamento ecológico e econômico da região por meio de uma nova política florestal. O projeto de lei nesse sentido já tramita no Congresso, mas o delegado do IBDF acha que as medidas devem entrar em vigor o mais rápido possível.

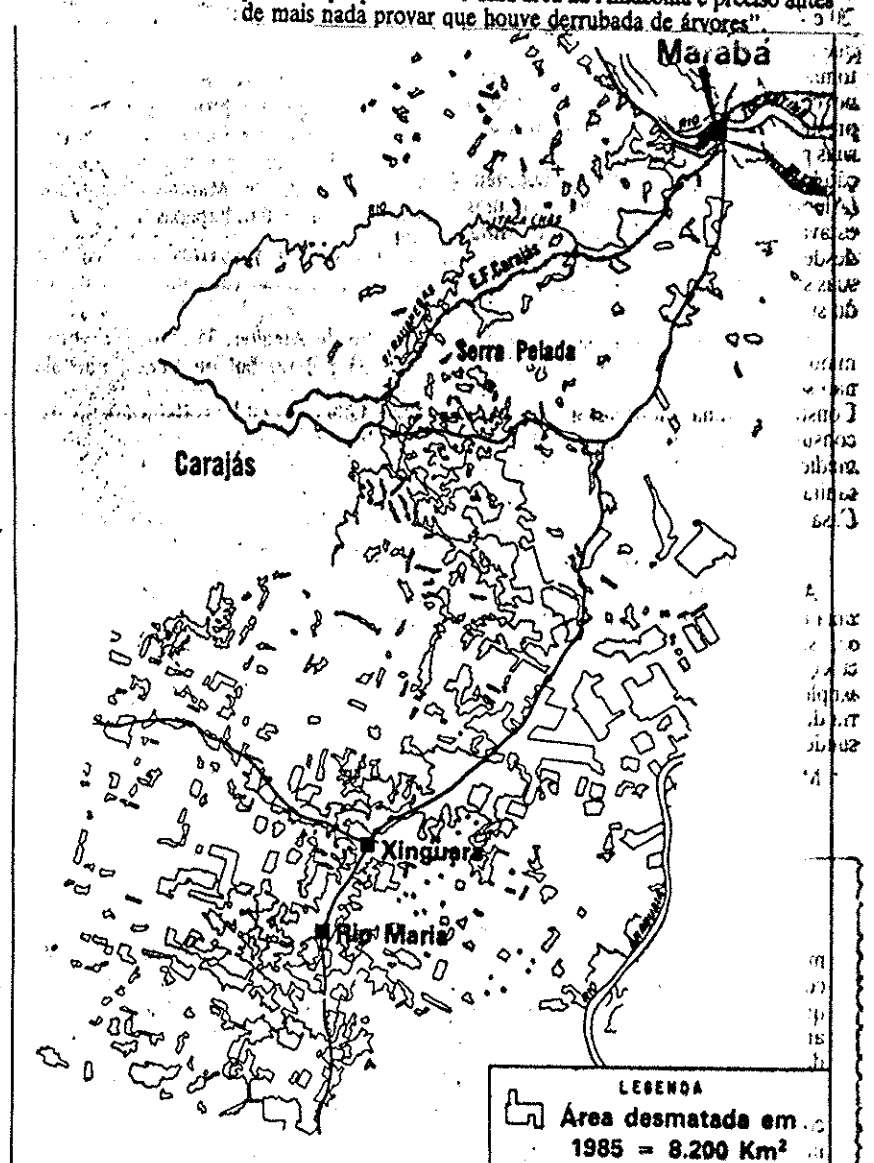
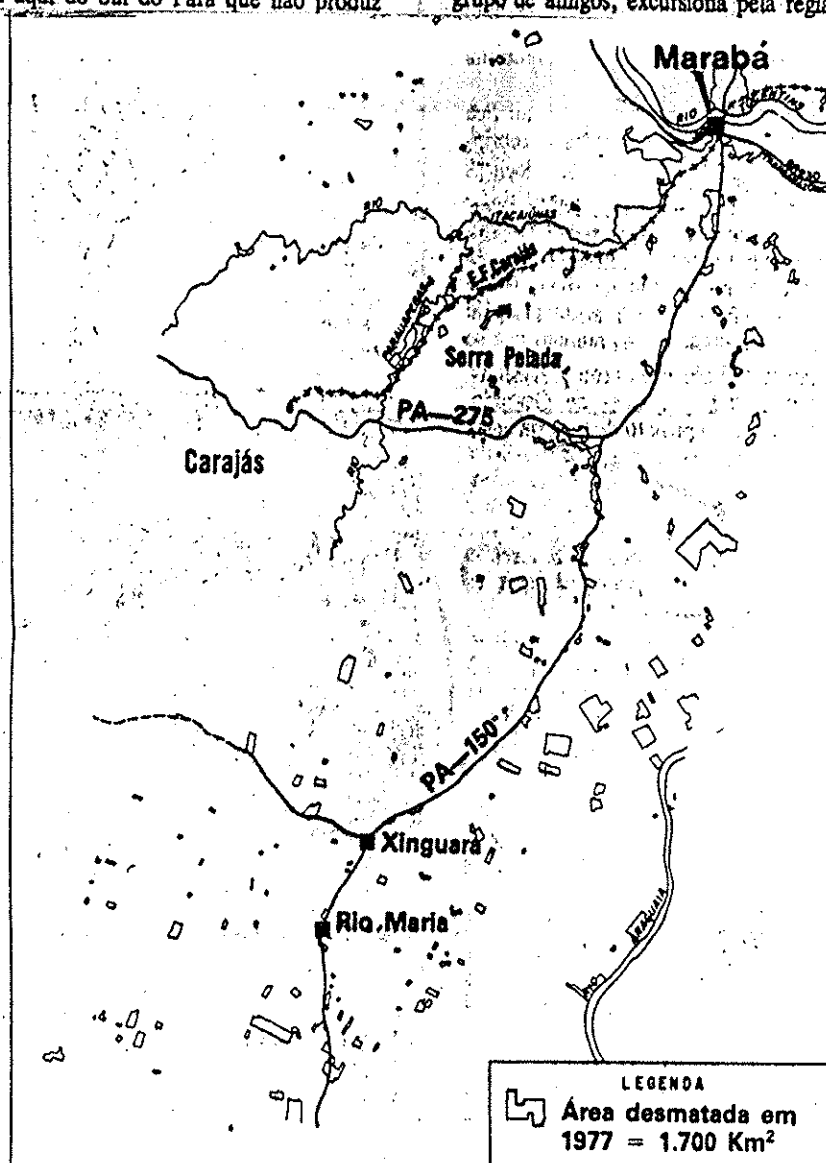
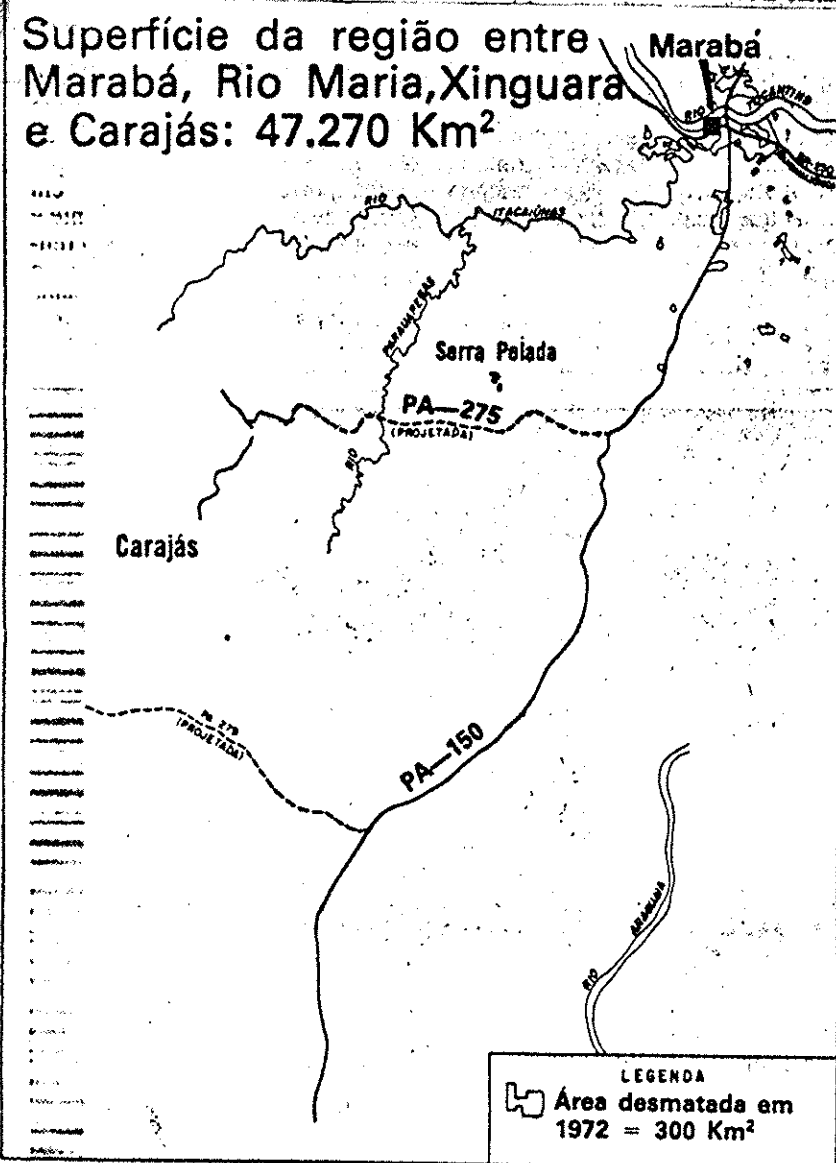
As facilidades de acesso, a construção de Tucuruí, o desenvolvimento de grandes projetos pecuários a partir do fim da década de 60, a descoberta de ouro e por fim a constatação de que a Serra de Carajás era uma área extremamente rica em minerais foram, na opinião de Antônio José, os ingredientes que contribuíram para transformar o sul do Pará numa das regiões da Amazônia mais atingidas pelos desmatamentos. "Realmente está muito difícil administrar esses problemas", confessa o delegado do IBDF, que conta com 40 fiscais para tentar impedir, em todo o Pará, as derrubadas ilegais de matas e a comercialização irregular de madeira e a venda clandestina de animais.

As denúncias de comercialização de castanheira são do conhecimento do IBDF, e o delegado confirma que os fiscais apreenderam toras e tábuas da espécie, estão atentos nas barreiras, mas nem sempre conseguem descobrir todos os artifícios utilizados pelos madeiros. No Pará existem 2 500 empresas ligadas ao setor florestal e só no perímetro urbano da cidade de Paragominas funcionam 200 indústrias madeiras (serrarias).

No mesmo município, a pecuária ganhou grande impulso, imensas áreas de floresta deram lugar a pastagens, mas hoje a atividade começa a ser questionada, conforme reconhece Antônio José. O médico Camillo Martins Vianna, da Sopren, revela que aproximadamente 1 milhão de hectares de pastagens de Paragominas tornaram-se inteiramente impréstáveis por causa da erosão.

— É um dado muito expressivo para não ser discutido — diz Camillo Martins Vianna, que extrai de um documento encaminhado recentemente ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz, outras informações impressionantes, como a de que nove projetos de siderurgia foram aprovados para o sul do Pará "sem que se pense no plantio de novas árvores como fonte energética".

De acordo ainda com a Sopren, em Rondônia, para tirar seis milhões de metros cúbicos de madeira de lei são queimados 150 milhões, que "viram fumaça e cinzas". No sul do Pará a produção de carvão cresce em proporção aos desmatamentos. "E desmatamento — lamenta Camillo Martins — é benéfico? no entendimento do Inca pois para requerer os documentos de posse ou propriedade de uma área na Amazônia é preciso antes de mais nada provar que houve derrubada de árvores".



Imagens de satélite revelam o quadro dramático: em 8 anos, quase 8.000 km<sup>2</sup> de florestas devastados. Xinguara e Rio Maria nasceram do desmatamento

## Região tem novos personagens

Mineiro de Carmo do Paranaíba, 37 anos, mulato, de aparência saudável, Epaminondas Ribeiro Silva é um tipo relativamente novo na paisagem amazônica: com sua tropa de 30 burros e auxiliado por seis homens, ele percorre longas extensões entre o norte de Mato Grosso, Goiás e o sul do Pará conduzindo boiadas que, às vezes, formam compridas fileiras ao longo das margens das estradas da região.

Boiadeiro por vocação — "meu pai tinha uma pequena fazenda e eu sempre gostei de lidar com o gado" — Epaminondas no momento conduz 500 rezes de Brejo Grande, município de João do Araguaia, para Xinguara, tarefa que cumprirá em 20 dias de viagem, convivendo com um cenário que, por força da profissão, conhece bem como outras poucas pessoas. Só para cobrir o trecho por onde cavalga atualmente percorrerá 350 quilômetros. "Isso sem contar a volta", faz questão de frisar.

Do lombo do burro que monta, ele aponta para até onde a vista alcança "no rumo da estrada" e afirma: "Moço, o que se vê aqui é o mesmo que se vê acolá; as beiras das pistas, sejam elas de asfalto ou de terra, não têm mais mata e as derrubadas vão comendo agora as árvores no sentido vertical, floresta adentro". Epaminondas diz não ser contra as pastagens — "se eu vivo do gado não posso criticar o capim" — mas não esconde que tem visto queimadas gigantescas que "lambem tudo, desde a árvore velha e alta às plantas pequenas".

Como boiadeiro, ele já perdeu a conta de quantas rezes conduziu pelas beiras de estradas, mas recorda que só para Marlon Lopes Pinto, um garimpeiro que bamburrou (achou muito ouro) em Serra Palada, "toquei com minha tropa uns cinco mil bois". Personagem famoso na região por ter ficado rico de um momento para outro, comprado fazendas e gasto fortunas com gado e carros, Marlon está desaparecido desde que foi acusado de mandante da morte de alguns peões.

Epaminondas não entra em detalhes a respeito da vida de ninguém, diz que sua preocupação "é poder cumprir os compromissos de levar o gado mundo afora", mas não se recusa "a falar da natureza". Antes de ser boiadeiro, administrava diversas fazendas na Amazônia e não hesita em afirmar que as castanheiras e outras árvores da floresta estão sendo "muito maltratadas".

— Tem fazenda onde trabalhei em que as derrubadas atingiam por ano 500 a 800 alqueires de matas. Antes, só as castanheiras mortas eram serradas, mas hoje sei que as verdes e com saúde também estão sendo cortadas na floresta e vendidas como madeira de lei, disfarçadas sob outro nome. Não estão respeitando ela nem viva nem morta.



O boiadeiro Epaminondas veio de Minas

Rufino Soares Pereira, motorista de caminhão transportador de toras, outro tipo hoje comum nas estradas de áreas da Amazônia em processo de devastação, não revela constrangimento e, de modo simples, conta: "A madeira rainha da mata é o mogno, que é o primeiro a ser procurado. Depois vêm o ipê, a uiracatiara, o angelim e, quando essas árvores rareiam, a gente parte mesmo para a castanheira, que aqui dá como praga".

Parado no acostamento da PA-105 com um dos pneus furado, o velho caminhão dirigido por Rufino reinicia a viagem, levando uma enorme tora de castanheira que, numa serraria de beira de estrada, será transformada em tábuas e vendida como madeira de lei. As que morrem de pé e depois caem viram carvão nos fornos de barro que, principalmente nos últimos dez anos, começaram a se espalhar pelo Sul do Pará. O carvoeiro, como o vaqueiro e o transportador de madeira, é um elemento recente no interior da Amazônia.

## A floresta morre rapidamente

Segundo o cientista Herbert Shubart, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, a destruição da floresta da região gera uma série de consequências ecológicas, como a alteração do ciclo hidrológico, aparecimento de pragas e modificações do solo. Estudos realizados no Pará pela Embrapa revelaram que, do total de 3 500 mil hectares de pastagens formados em 12 anos naquele Estado pelos grandes projetos agropecuários, 500 mil já estavam degradadas, devido a deficiência de fósforo.

No Sul do Pará, entre Marabá, Xinguara, Rio Maria e Carajás, numa faixa de floresta de 47.270 km<sup>2</sup>, imagens de satélite mostraram que em 1972 havia desmatamentos correspondentes a uma área de 300 km<sup>2</sup>. Em 77, a área cresceu para 1 700 km<sup>2</sup> e no ano passado evoluiu para 8.200 km<sup>2</sup>, o que pode dar uma idéia de como o processo de derrubada da floresta se desenvolve rapidamente. "Hoje, o levantamento aerofotogramétrico da faixa registra milhares de trechos semelhantes a tabuleiros sem vegetação, que começam a se interligar e a se sobrepor ao verde" — diz um técnico.

### Ocupação desordenada

Superintendente de Planejamento da Companhia Vale do Rio Doce e durante anos diretor do Projeto Carajás, o engenheiro Paulo Vivacqua lamenta que a Amazônia, especialmente o sul do Pará, "venha sendo desmatada pelo pior contingente de brasileiros, pessoas agressivas, enérgicas, que lidam com uma região delicada, sensível".

— É uma área enorme desmatada para abrigar pouca gente, poucos projetos e, o que é mais grave, sem qualquer planejamento ou cuidado — afirma o engenheiro, que diz não entender "porque o Governo é capaz de adotar medidas fortes como as colocadas em prática recentemente na área econômica e não pode ordenar e organizar a ocupação das novas terras da Amazônia".

Paulo Vivacqua recorda que por ocasião da abertura de estradas de acesso a Carajás — no governo Geisel — houve alertas a sugestões no sentido de se criar meios para impedir a ocupação desordenada da área ao longo das pistas. "Insistimos na recomendação de proteger áreas de floresta e, ao mesmo tempo, desenvolver atividades agrícolas de modo racional, apoiada na estrutura que então se criava, mas fomos ouvidos com desconfiança", relembra o engenheiro.

— Ai foi aquele processo ridículo, na base do seja o que Deus quiser. O resultado é que não há praticamente lucro econômico nem benefício social na ocupação das terras da região, enquanto a depredação é total.

Para Paulo Vivacqua, "apesar de tudo, ainda é tempo de

fazermos alguma coisa, estamos apenas no começo da curva. É possível planejar o futuro das novas terras da Amazônia e impedir que alguém tenha a liberdade de pegar o tamanho de área que desejar, fingir que vai desenvolver algo de útil, nada realizar e tudo ficar por isso mesmo".

Outros técnicos da Vale do Rio Doce e da Docegeo (subsidiária daquela empresa), com vivência na região, como o engenheiro Francisco de Assis Fonseca e os geólogos Breno Augusto dos Santos e Vanderlei Beisiegel, também condenam os desmatamentos e a ocupação irracional da região, por entenderem que os danos ambientais são maiores do que os benefícios econômicos e sociais resultantes das atividades mal orientadas.

Francisco de Assis Fonseca lembra que, embora possa parecer o contrário, a mineração nos moldes como é exercida pela Vale não causa grandes danos ecológicos porque, além de estar concentrada em áreas relativamente pequenas em comparação com a região de floresta, é desenvolvida com todo o cuidado. Com a descoberta das riquezas minerais e a decisão de exploração do meio ambiente chefiada pela arquiteta Maria de Lourdes Davies de Freitas.

— Os 400 quilômetros quadrados de área sob a responsabilidade da Vale são, hoje, uma espécie de ilha verde. Ali a floresta ainda está bem protegida, apesar das ameaças, das pressões vizinhas. Fora desse limite, os desmatamentos são enormes, frequentes, as agressões ao meio ambiente não têm limites — comenta a arquiteta.

A Companhia criou também o Grupo de Estudos e Assessoramento sobre Meio Ambiente, integrado por cientistas e pesquisadores não remunerados que estudam, discutem e propõem medidas destinadas a "dar bases sólidas ao uso racional dos recursos naturais e sua conservação em áreas de atividade sob jurisdição ou pertencentes à Vale".

Em Carajás, sob a responsabilidade do engenheiro agrônomo Luis Carlos Nepomuceno, a companhia organizou um Jardim Botânico numa área de 100 hectares, mantém um zoológico com mil espécies de animais da região e cultiva plantas amazônicas com a finalidade de reflorestar áreas degradadas. No Jardim Botânico de Carajás existem no momento 120 mil mudas de 100 espécies diferentes, 80% das quais da região. "É um trabalho importante, um tipo de preocupação que pode servir de exemplo, mas que, comparado com a imensidão da Amazônia e com o processo de devastação, lamentavelmente fica até pequeno", comentou um técnico.